

Maio de 1968, Direitos Humanos e o AI-5: repercussões sobre as minorias em Pernambuco

Diogo Barreto Melo¹

Resumo

Com a eclosão do movimento de maio de 1968, nascia com aquela geração transformadora da realidade existente um novo conceito de ordem: vista de baixo para cima, era uma escalada social que, para atingir seus objetivos, defendia os ideais revolucionários de construção de algo novo. Ao mesmo tempo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos representava a garantia desse novo: a liberdade, o direito de ir e vir, a religião e a concepção do diferente na sociedade estavam atrelados à ordem vigente. No Brasil, o AI-5 se encarregou de estabelecer os Direitos Humanos e as transformações de 1968 mediante os protestos, contudo ditando as regras e excluindo determinados seguimentos sociais que estiveram constantemente presentes na luta para reaver aquilo que lhes pertencia de fato: serem eles mesmos.

Palavras-chave: AI-5, Ditadura, Censura, Direitos Humanos.

Abstract

With the birth of the movement on May 1968, a new concept of order was born with that transforming generation modifying the existing reality: sight of low for top, was a social scaling that, to reach its objectives, defended the revolutionary ideals of new construction of something. At the same time, the Universal Declaration of the Human Rights represented the guarantee of this new order: the freedom, the right to go and to come, the religion and the conception of the different one in the society were enclosed to the effective order. In Brazil, the AI-5 if putted in charge to establish the Human Rights and the transformations of 1968 by means of the protests, however dictating the rules and excluding determined social pursuing that had been constantly gifts in the fight to recover what it belonged to them in fact: to be they themselves.

Keywords: AI-5, Ditatorial Government, Censure, Human Rights.

As transformações que envolveram a cultura, a sociedade, as formas políticas e o mundo em geral a partir de maio de 1968 mostravam a construção de um novo imaginário social. Concentradas especialmente na França, em Praga, nos Estados Unidos ou no Brasil, as repercussões desses acontecimentos surtiram efeitos que se manifestaram naqueles anseios mais desejados pela sociedade: a garantia de seus direitos fundamentais, mais tarde chamados universais, o que a nem todos foi acessível. Nascia ali uma geração que viveu alimentada por sonhos, heróis, ódios, emoções e ações das mais variadas possíveis em torno da concretização de suas ideologias, novas para muitos.

¹ Mestrando em História Social da Cultura Regional – UFRPE. Especialista em Cultura Pernambucana – FAFIRE. Graduado em História pela FUNESO/UNESF.

Analisando o caso de Pernambuco, Brasil, observamos uma sociedade marcada por contrastes que estavam muito ligados às ilusões criadas pela geração que iniciava, através da radicalização, a concretização de seus sonhos, muitas vezes tendo que desafiar os padrões existentes e para isso utilizando-se dos movimentos estudantis universitários. Entretanto a maioria da população ainda permanecia no obscurantismo, temerosa, sem coragem para ‘mudar o mundo’ com medo das represálias que poderia sofrer por parte do Estado Ditatorial em vigor.

Com o avançar dos anos e o acesso cada vez maior aos arquivos, antes restritos, do período abordado que representa a memória de um pensamento e a constituição de um novo modelo de sociedade e cultura passam, cada vez mais, a ganhar novos contornos, revelando informações valiosas de cunho político, cultural e, sobretudo, social. Evidentemente que a seleção das fontes deve ser criteriosa, para que possamos encontrar um fio condutor que nos remeta a reconstituição do que chamamos de processo histórico.

O objetivo deste artigo é analisar, através da visão dos que estiveram excluídos, especialmente em Pernambuco, as conseqüências da formação de um Estado de exceção durante o decorrer destes acontecimentos que, em toda medida, negaram a existência dos Direitos Humanos presentes na Carta da ONU. Vistos a partir de matérias dos periódicos mais correntes na cidade, os dados aqui expostos buscam compreender como as minorias da sociedade pernambucana se retraíram na época, enquanto uma pequena parcela lutava pela conquista dos direitos essenciais ao reconhecimento destes como cidadãos pelos poderes pátrios, o que através do Ato Institucional nº 5, que exerceu o poder de forma arbitrária e autoritária, impediu uma geração que pretendia realizar seus sonhos com suas mais simples convicções.

A geração de 1968 viveu uma dicotomia durante aquele ano de tantas transformações: enquanto uns estavam horrorizados com as mudanças propostas pelos movimentos que eclodiam a cada momento, outros buscavam consolidar suas perspectivas diferenciadas com relação a antigos paradigmas como: estrutura social e familiar, lealdades ideológicas e legados culturais. Como já evidenciado, maio de 1968 representou um crescimento dramático de acontecimentos, que na verdade tem suas origens ainda em 1967 e suas repercussões muito vivas ainda em 1969, que só foram possíveis graças a uma sintonia muito grande entre seus principais protagonistas (KURLANSKY apud LOPES, 2008:25). Esse mesmo grupo foi tomado de consciência crítica, provocando uma grande adesão nas universidades e reunindo condições essenciais para a formação de um pensamento crítico, cultural e, sobretudo, por

uma enorme vontade de serem diferentes de seus pais, bem como, principalmente, possuir capacidade total de debater sobre política.

Expostos aos resultados da Guerra Fria, os protagonistas de maio de 1968 foram percebendo que a maioria de seus anseios estava muito além do alcance de suas mãos. Embora muitas relações sócio-culturais sofressem importantes mudanças, como foi o caso da questão feminista, das minorias homossexuais, dos grupos de defesa do meio ambiente, os sindicalismos, entre outros – percebemos que, na verdade, a nova geração que mostrava ao mundo suas razões de ser provocaram aquilo que chamaram de ‘revolução comportamental’. Esse conceito de revolução ia muito além da idéia do ‘mundo virado de pernas pro ar’ – estava localizado num ponto que, fugindo da margem de erro, ia além da revolução puramente de caráter político. Era uma revolução em busca da ampliação da consciência de que estava nascendo ali uma nova vida e não o caminho para a morte, como muitos disseram na época.

A força que existe em Maio de 1968, foi segundo a ótica de François Dosse, a do entrelaçar dos sentidos, o de acabar com um sistema puramente mecânico e casualmente único (DOSSE, 2001:127). Foi um ano que mostrou a liberalização de muitas ideias que até então eram consideradas absurdas pela ordem vigente nas sociedades: drogas, sexo, rock and roll, guerra foram ‘brados de liberdade’ dados pela geração de 1968 que estavam contidos há bastante tempo e precisavam de uma válvula de escape para se fazerem conhecidos – a Primavera dos Povos se encarregou deste papel e o fez não somente na Europa, mas principalmente no Brasil. Nas palavras do próprio Zuenir:

Um neo-existencialismo não pressentido na época convencia aquela juventude a rejeitar uma secular esquizofrenia cultural que separava política e existência, arte e vida, teoria e prática, discurso e ação, pensamento e obra. Essa talvez tenha sido a grande ruptura com a geração anterior – e uma das mais difíceis realizações de 68, principalmente para as “revolucionárias”² do comportamento (VENTURA: 1968).

Mais do que um legado, aquela geração estava preocupada principalmente em fazer de 1968 um ano inesquecível. Inesquecível não porque houve grande mobilização de várias esferas sociais em torno de uma causa única: lutar contra a ordem estabelecida, as ameaças quase que reais ou até mesmo o anseio em construir algo realmente novo. Aqueles que fizeram daquele período “o ano que não terminou” utilizaram, fossem pelo desespero ou pelo autoritarismo, instrumentos para estabelecer a luta movida pelas paixões, buscaram encontrar a si mesmos em cada momento que saíam às ruas em busca da realização de seus anseios.

² Sobre essas “revolucionárias” citadas pelo autor, cabe compreender as mulheres envolvidas em movimentos como o Comunista, o Estudantil e até mesmo em grupos feministas que suscitavam o estabelecimento de direitos em regime de paridade durante os protestos do maio de 1968 pelo Brasil.

Ainda, segundo Dosse, era uma ruptura brusca e, como toda ruptura, buscou no passado a memória necessária para um novo presente, estabelecendo caminhos novos totalmente independentes da inércia existente, rejeitando a verticalidade e a delegação de poder (DOSSE, op.cit. 131).

Com efeito, seria pretensioso demais afirmar que a geração de 1968 abriu espaço para a participação de todos nas esferas militantes. Sabemos através das diversas obras bibliográficas, documentários audiovisuais e entrevistas em veículos de comunicação que a essência do movimento esteve concentrada nas mãos de artistas, estudantes, políticos contrários ao momento existente no país naquele ano (e nos seguintes) além de intelectuais de esquerda, ambos fortemente influenciados pelas ideias bolchevistas. E onde estavam então aqueles que também foram vítimas de todo o processo e sofreram (mesmo com as transformações e a tentativa de sacramentar um novo modelo de cultura, sociedade e poder político) discriminações, perseguições, torturas e exclusões, sendo pouco comentados através da duração histórica? Apesar da gênese do movimento revolucionário ser a convocação de todos à luta, as pessoas ainda temiam seguir “caminhando e cantando e seguindo a canção”³.

Esse temor se devia, principalmente, pelo fato que o Governo não tinha critérios pré-estabelecidos em escolher aqueles que seriam responsabilizados pela desordem, perturbação da ordem pública ou líderes de movimentos contrários aos princípios da Constituição de 1967 – era mais simples e rápido encontrar culpados entre as minorias, especialmente estudantes, comerciantes, professores, ambientalistas e demais pessoas que eram acusadas de esconder suas reais identidades e provocar um destoar no país. Para tanto, essa seleção era aplicada em forma de regra, restando às vítimas apenas sofrerem as torturas e a exclusão de seus direitos fundamentais, enquanto que as reais lideranças, mesmo sabendo como funcionava o sistema, pouco podiam fazer para mobilizar o fim daquela injustiça social. O instrumento escolhido para lapidar essa cultura de exceção foi o Ato Institucional nº5, ceifando vidas, provocando sofrimentos e ruindo estruturas familiares das mais diversas ordens sociais.

Os métodos utilizados pelos militares eram, principalmente, corretivos, excludentes e coercitivos. A tortura, a censura, a repressão e o desaparecimento de pessoas eram conhecidos mundialmente e várias denúncias vindas do exterior preocupavam órgãos como a Anistia Internacional, que difamava a visão do Governo Brasileiro no exterior, causando sérios transtornos diplomáticos ao Estado Militar. Entretanto é importante frisar que muitos civis e

³ Os termos entre aspas são referências às estrofes da música de Geraldo Vandré ‘*Pra não dizer que não falei das flores*’, cuja mesma foi considerada na época uma Marselhesa pelos intelectuais.

militares enxergavam essa “política do silêncio”⁴ como um “mal menor” ou “inevitável nas circunstâncias”, pois, segundo o historiador Carlos Fico:

“A subversão atende a uma meticulosa diretiva, manifestando-se em torno das instituições políticas, sociais e econômicas, procurando miná-las da base à cúpula, visando adequar o terreno para que possam disseminar mais facilmente seus propósitos.(...) Tem se observado um movimento crescente que vem se formando em torno do tema ‘censura’. (...) A sua revogação daria trânsito livre para as mensagens que pregam a desmoralização das instituições e a contestação à ordem estabelecida, criando o clima desejado para a grande investida pretendida pelas esquerdas.” (FICO, 2001:179)

Em 1968, Pernambuco não estava além dessa esfera de configuração sócio-política e cultural: tornou-se uma importante praça em torno dos movimentos que fizeram seus atores buscarem a emergência de novas ideologias e paixões, fossem através do movimento armado para a política ou através da explosão cultural característica da cultura pernambucana, disseminando estas ideias por todo o Nordeste.

Os periódicos da época relatam que, mesmo antes do grande movimento ocorrido em Paris, Recife já registrava casos semelhantes. As comemorações acerca do Dia do Trabalho de 1968 ilustram que, ainda com o esforço da polícia, agregada ao órgão governamental anti-subversão (DOPS), havia uma preocupação em evitar qualquer movimento suspeito que pudesse desagregar a ordem pública. Mesmo com todo esforço executado pelos poderes públicos, nenhuma prisão fora registrada, apesar do policiamento estar concentrado nas áreas consideradas de maior risco ao acontecimento de desafio às leis. O secretário de segurança da época, José Batista Moreno, acreditava que não havia muitos motivos para “levantes energéticos” naquele ano, mas se houvesse, seriam repelidos com o mesmo vigor pelos poderes de polícia, realizando as ações com cuidado, pois segundo o mesmo “não desejavam fabricar novos comunistas”. Porém todo efetivo policial não foi suficiente para reprimir as ações dos estudantes ligados ao PCB, que picharam muros em regiões de difícil acesso nos bairros de Casa Amarela, Engenho do Meio e Areias, contendo dizeres ofensivos às autoridades e exaltações ao Comunismo. (D.P.,02/05/1968:4)

Havia nesta época, especialmente no Recife, a esperança que o 1º de maio de 1968 traria “o pleno desenvolvimento que a totalidade do povo brasileiro augura”. Todavia o que se viu foi a falta de apoio e incompreensão com as minorias, especialmente a trabalhadora, que esperava do então governador de Pernambuco, Nilo Coelho⁵, mudanças estruturais visando

⁴ Grifo nosso para designar as atitudes cometidas pelo Governo Militar.

⁵ Nilo Coelho foi escolhido pelo então presidente Arthur da Costa e Silva para o cargo por representar um protetor da moral e dos bons costumes, defensor dos ideais da Pátria, além de fazer parte dos quadros da ARENA-PE.

resultados positivos na busca de valorização das causas da classe, especialmente a salarial. O governo respondia gerando esperanças, prometendo criar políticas voltadas à “responsabilidade do mandato popular”, oferecendo à população o caminho da paz e tranquilidade que toda nação esperava na retomada do crescimento através do desenvolvimento. (ibidem: 12)

Mesmo assim, as autoridades da época não esqueciam que a ordem precisava ser mantida a qualquer custo. Foi o que aconteceu o araque de polícia ‘Luís de tal’, que fora interceptado pela força, embriagado num bar localizado no Largo da Paz, bairro de Afogados, provocando desordem, onde o mesmo sacou uma arma que atingiu a garçonete do estabelecimento, Maria José dos Santos. O proprietário do bar, o coronel reformado da PMP – Polícia Militar de Pernambuco – José Novais Filho, prontamente acionou as viaturas, que intervieram no local e levaram o acusado a inquérito. Preso em flagrante, o acusado pagou fiança e seguiu em liberdade, mas já havia uma grande lista de passagens sua pela PMP e por pouco sua situação não ficou mais complicada: fora acusado também de desejar assassinar o coronel reformado, contudo sem provas concretas. (D.P.,03/05/1968:8). Geralmente os conflitos em bares de periferia eram constantes, mas mesmo em 1968, os esforços concentravam-se especialmente em, partindo das minorias, darem exemplos para a população de que qualquer ato considerado subversivo seria totalmente coibido pelos poderes públicos.

Outros dois exemplos de crimes contra minorias chamam a atenção no mesmo mês e ano na cidade: o assassinato do vigia da fábrica da Companhia de Refrescos S.A., Severino Batista, e a dona de casa Antônia Francisca da Silva, vítima de violência doméstica cometida por seu cônjuge, o guarda civil João Francisco da Silva. Em ambos os casos, a Delegacia de Homicídios do Recife averiguou com pouca importância os fatos concernentes aos assassinatos, preferindo reunir mais provas para mais tarde arquivar os documentos da investigação, tratando-os com displicência, pois havia um caso maior a receber atenção na época: o furto de veículos promovido por quadrilhas que atuavam principalmente no Rio Grande do Norte e na Bahia, que estavam interceptando os veículos a partir do Recife. No intuito de “combater o ilícito penal e respeitar todas as normas”, a Polícia preocupou-se em tomar medidas enérgicas e urgentes para que não sofresse com o descrédito da população recifense. (D.P., 04/05/1968:8)

A educação também sofreu fortes influências de movimentos grevistas e contestatórios às posições tomadas pelo Governo Federal e Estadual em Pernambuco, sobretudo, no Recife. Professores foram substituídos após quatorze, quinze anos de efetivo exercício em detrimento de profissionais liberais que ocuparam seus cargos, num claro exemplo de conchavo entre

governo e favorecidos. Não obstante, a questão salarial também se traduzia em um grave problema. Mesmo com a aprovação do Estatuto do Professor e da Lei de Planejamento da Educação, o descaso com a classe era visível e uma grande mobilização em torno de mudanças foi convocada: os professores abriram diálogo com o governo, que não atendeu às reivindicações e os docentes decidiram, portanto, reunir-se em assembléia para novas tomadas de posturas, alegando que não poderiam “ser taxados de agressivos ou imprudentes” pelo governo, porque tudo fizeram para negociar, sendo negados em sua ouvidoria (D.P., 05/05/1968:6). Mudanças seriam igualmente tentadas nas Universidades públicas (UFPE/UFRPE), porém não com as mesmas características descritas linhas acima.

Em 03/05/1968, a portaria nº 29, através do Juiz de Menores da Capital, Sr. Nelson Ribeiro Lopes, decretou que estavam proibidas as armas de brinquedo nas vias públicas portadas por menores de idade, uma vez que os mesmos estavam promovendo assaltos no período diurno e noturno, inclusive intimidando policiais pela tamanha semelhança que possuíam com as armas originais. O referido juiz ainda apelava aos pais para que não incentivassem a prática lúdica com tais brinquedos, lembrando que o Código de Menores em seu art. 131 era taxativo em proibir os comerciantes a vender tais tipos de brinquedos a menores, mesmo que estes estivessem acompanhados de seus pais. (idem, p.8)

Entre todos os problemas supracitados causados pela minoria recifense no mês de maio de 1968, uma em especial chama a atenção das autoridades da época: a polícia estava promovendo uma verdadeira caçada a perigosos tarados que agiam em toda a cidade naquele mês. Em número de 18 elementos, os subversivos já acumulavam diversas queixas na Delegacia do 6º Distrito, atuando principalmente no Grande Recife, Parque 13 de maio, Praça 17, Ponte Duarte Coelho e Praça da República, escolhendo vítimas usando mini-saias e infelicitando até mesmo familiares, como sobrinhas e até mesmo filhas mais novas. As causas alegadas pelos acusados presos, Manuel Cordeiro de Araújo e Severino Manuel da Silva, mais conhecido por ‘Velho’, para a prática de tais atos era a de que “sofriam mau tratamento durante as prisões, quando lhes faltam maior preparo psicológico com relação ao sexo, embora não sejam culpados pela tara”. Os investigadores acreditam que os elementos passaram a integrar uma minoria na sociedade e que estes, além de sofrer de insanidade mental e serem postos isoladamente nas celas, apenas de bermuda e com um policial 24h na porta, devem ser alvos de polícias de estados vizinhos, como Paraíba e Alagoas, foragidos no Recife. (Idem ibidem, p.8)

Os comerciantes considerados desonestos, segundo o periódico supracitado, também passaram pelas mesmas investigações. O Comando de Economia Popular investigou

estabelecimentos que estivessem envolvidos em casos de exploração do consumidor por parte de seus funcionários e proprietários. A cidade de Olinda foi a primeira investigada, passando pelo Recife em todos os seus mercados públicos, feiras frigoríficos, açougues, mercearias e bares, que sentiram a presença da Delegacia da Ordem Econômica (DOE) através do delegado Jonatan Marques da Cunha, que autuou e advertiu vários estabelecimentos, orientando-os com relação às leis. (Idem, *ibidem*)

O mesmo periódico faz referência a moradores que afirmavam, na redação do jornal, não serem comunistas e que precisaram assinar termos lavrados em Delegacia para afirmar o contrário. Amaro Lins Caldas, empregado assalariado da fábrica Apipucos em época que era menor de idade e Lúcia Vieira da Silva, dona de casa, ambos residentes na periferia da Zona Norte do Recife, afirmaram ir até o distrito policial prestar queixas sobre esgotos e maus tratos no trabalho e foram obrigados a assinarem termos de compromisso revelando o caráter comunista dos mesmos, que afirmam até ter solicitado, quando empregados há tempos, aumento de salário em lista registrada no sindicato das categorias.

Nem mesmo os “inferninhos” e “pensões alegres”, como eram conhecidas as casas de prostituição do Recife naquela época escaparam da lei pública da Delegacia de Costumes. O delegado Ordolito Azevêdo teria determinado ‘horário próprio’ para o funcionamento dos referidos ‘estabelecimentos’, mas alguns populares, passando-se por fiscais da Delegacia de Costumes, estendiam o horário de funcionamento destes, cometendo irregularidades como a presença de menores nesses locais. Uma comissão de investigação averiguou o caso e, ao autuar um dos locais que ficava nas proximidades do Pina, Boa Viagem, deparou-se com um elemento que acusava ser irmão do Delegado de Costumes, exigindo “bebida, mulher e dinheiro”. Prontamente a descrição foi feita e o sujeito levado à detenção por falsidade ideológica e uso indevido do nome de órgãos públicos para sua satisfação pessoal. (idem *ibidem*)

As práticas religiosas realizadas em “terreiros” e casas populares também foram alvos de investigações nessa mesma época. O “pai de santo” Benedito Ferreira da Silva organizou uma de suas várias reuniões onde teria, supostamente, estuprado uma das frequentadoras do local contra sua vontade em nome de uma das entidades por ele ‘invocadas’: Exu. O caso foi parar na Delegacia de Costumes que, prontamente, ordenou que o “terreiro” fosse fechado e várias pessoas prestassem inquérito na referida delegacia. Após lavrados os autos, o acusado seguiu para a casa de detenção. (D.P, 14/05/1968:8)

Pelo que foi exposto, nem mesmo a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos através da Carta da ONU conseguiria dirimir as intransitividades provocadas pelo

Regime Ditatorial. Acima de qualquer cultura autoritária instalada nos países, tal documentação previa que os chamados Direitos Fundamentais (o reconhecimento à dignidade humana, suas questões culturais, o respeito a direitos e liberdades das mais altas importâncias, como pensamento, ir e vir, etc de maneira universal) deveriam constar nas Cartas Constitucionais das Nações. É notório que, no caso do Brasil, tal garantia não aconteceu por conta da criação de um Estado de exceção centrado em duas vertentes: a separação entre alguns setores sociais e a história de seu país e destes com sua consciência crítica, o que foi feito através de estereótipos pejorativos, como “cães imundos”, “perturbadores da ordem pública” e “bichos escrotos”⁶. Elemento em busca das igualdades em prol do progresso social, liberdades mais amplas e melhores condições de vida, a Declaração dos Direitos Humanos foi desprezada no Brasil especialmente em seu Artigo IX⁷.

Finalizando, pensamos que a destruição da criticidade leva a dificuldade de percepção da supressão dos direitos dessas minorias sociais, o que, por conseguinte, provoca uma desarticulação com o pensamento alienante implantado pelo Estado de exceção, indo de encontro ao discurso do poder. A então negação dos Direitos Humanos como algo normal e o conformismo desejado pelos “donos do poder” constitui a vitória máxima do autoritarismo. Ainda hoje, mesmo quarenta anos depois do endurecimento do Regime Militar, ainda é possível perceber nos atores da época o medo, o silêncio e as agruras provocadas por um período que nem sempre respeitou os valores abnegados através dos Direitos Humanos, retroagindo, em vez de acelerar, o processo civilizatório da população brasileira (e pernambucana, no caso em questão). Apesar do maio de 1968 buscar a repolitização da sociedade ao mesmo tempo em que foi vítima de uma contra-revolução, observamos a ânsia constante pela construção de novos valores pautados nos sentidos de vida, sociedade e política cultural.

⁶ Os vocábulos eram comumente usados diariamente pelos poderes militares para designar, especialmente, comunistas e membros do Movimento Estudantil, bem como qualquer tipo de subversivo social. Sobre os termos “intransitividades” e “cultura autoritária”, ver MARTINS, Luciano. *A Geração AI-5 e Maio de 1968: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

⁷ O referido artigo explicita que “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.” Cf. Declaração dos Direitos Humanos em http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em 14 mar 2009.

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Flávia. *Ex-presos políticos avaliam conseqüências do AI-5 na sociedade atual*. **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 04. 12 dez. 2008.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CONTREIRAS, Hélio. *AI-5*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- **Diário de Pernambuco**: Primeiro Caderno, Recife, 01 a 31 maio 1968. p. 06-12.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar, espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GAMA, João Augusto. *AI-5: o regime militar endurece e perde a pouca ternura*. **Jornal da Cidade: Caderno Opinião**, Sergipe, 14 dez. 2008. p. 06.
- HARGREAVES, Patrícia; CASTRO, Márcio Sampaio de. *Revolução no Brasil*. **Aventuras Na História: Dossiê Anos de Chumbo**, São Paulo, n. 47, p.24-31, 10 jul. 2007.
- LOPES, Reinaldo José. *O Ano que Sacudiu o Mundo*. **Aventuras Na História: Especial Maio de 1968**, São Paulo, n. 58, p.25-28, 10 maio 2008.
- MARTINS, Luciano. *A Geração AI-5 e Maio de 1968: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- **UNIDAS, Organização Mundial Das Nações**. *Declaração dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 14 mar. 2009.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.